



IMPrensa Oficial Eletrônica

JAGUARIÚNA

Quarta-feira, 24 de março de 2021

www.jaguariuna.sp.gov.br

Ano VII | Edição nº 666

PODER EXECUTIVO DE JAGUARIÚNA

Secretaria de Governo

PORTARIA Nº 431, de 24 de março de 2021.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc., no uso de suas atribuições legais, especialmente, o contido no art. 224 e ss. da Lei Complementar Municipal nº 209/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e no Protocolo PMJ nº 4420/2020,

RESOLVE:

I-Conceder ao servidor VALDEMIR CANDIDO SANTANA, matrícula funcional 2.377, R.G. nº 11.938.025-2, Operador de Máquinas exercendo o cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria de Obras e Serviços, LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, relativa ao 1º (primeiro) período aquisitivo de efetivo serviço público, com fruição a partir de 15 de março de 2021 e pelo período de 30 (trinta) dias.

II- Esta portaria terá efeito retroativo a 15 de março de 2021.

PORTARIA Nº 432, de 24 de março de 2021.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, com apoio na Resolução nº 002/2021 CMAS,

RESOLVE:

I- Prorrogar por mais 06 meses, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2021, a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Jaguariúna, dispostos na Portaria nº 007/2019, alterada pelas Portarias nº 1.143/2019 e 1.190/2019.

II- Fica revogada a Portaria nº 420, de 15 de março de 2021.

Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021 – SISTEMA DE RE- GISTRO DE PREÇOS – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura do Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021, cujo objeto é o registro de preços de insumos para limpeza de piscinas, conforme demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 12 de abril de 2021, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir do dia 26 de março de 2021. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9707, com Esther, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9807, com Luciano, (19) 3867-9825, com Renato ou pelo endereço eletrônico: ricardo_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 24 de março de 2021.

Antonia M. S. X. Brasilino

Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2020.

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que o Pregão acima mencionado, que tem por objeto a aquisição de 01 caminhão tipo toco equipado com sistema roll on/off - CONVÊNIO, foi adjudicado em 09 de março de 2021 e homologado em 24 de março de 2021, em favor da licitante: MERCALF DIESEL LTDA. – CNPJ: 04.807.924/0001-55, pelo valor total de R\$ 419.300,00.

Secretaria de Gabinete, 24 de março de 2021.

Luciene Dell Vecchio - Pregoeira

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

EXTRATO DE TERCEIRO ADITAMENTO**Pregão Presencial nº 021/2019****Contrato nº 068/2019**

Contratante: Prefeitura do Município de Jaguariúna

Contratada: D. D. Monte Controle e Manejo de Pragas Ltda.

CNPJ 01.756.999/0001-66

Objeto: Prestação de serviços de dedetização (desinsetização) e desratização em aproximadamente 2.100 poços de visita de rede de esgoto do Município

Fica renovada a vigência do Contrato por mais 12 meses, contados a partir de 08 de abril de 2021.

Permanecem inalteradas as quantidades e os valores unitários para execução do objeto, sendo para o item 01, o valor unitário de R\$ 30.492,00 (trinta mil, quatrocentos e noventa e dois reais), totalizando o valor de R\$ 60.984,00 (sessenta mil, novecentos e oitenta e quatro reais) e para o item 02, o valor unitário de R\$ 42.508,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e oito reais), totalizando o valor de R\$ 85.016,00 (oitenta e cinco mil, e dezesseis reais), tendo este aditamento o valor global de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais).

Continuam em vigor todas as outras cláusulas e condições do Contrato e do correlato processo administrativo.

Secretaria de Gabinete, 18 de março de 2021.

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva

Secretária de Gabinete

.....

Secretaria de Planejamento Urbano

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR BANDEIRANTE
COHAB-BANDEIRANTE
CNPJ Nº 46.065.546.0001-21**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Balanco Patrimonial		31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	N.E	22.329.178	22.648.118
Caixa e Bancos conta movimento		5.106	248.879
Aplicações financeiras	4	1.948.476	2.619.018
Prestações a receber	5	12.566.653	12.434.807
Devedores por vendas compromissadas	6	1.836.606	1.189.589
Outros créditos	7	5.972.337	6.155.825
Não Circulante: Realizável		140.473.937	139.286.819
Devedores por vendas compromissadas	6	8.224.964	10.047.970
Imóveis a comercializar	8	1.700.481	1.735.970
FCVS a receber	9	129.701.490	126.671.599
Outros créditos	7	789.659	785.144
Investimentos	10	41	41
Imobilizado líquido	10	50.230	39.023
Intangível líquido	10	7.072	7.072
Total Ativo		162.803.115	161.934.937
Passivo Circulante		40.706.137	26.846.504
Fornecedores		40.947	40.665
Empréstimos e financiamentos	11	35.495.363	22.075.226
Provisões trabalhistas e encargos sociais		127.214	115.635
Impostos e contribuições a recolher		91.131	85.599
Outros débitos	12	4.951.482	4.529.379
Não Circulante: Exigível		126.142.752	134.232.902
Empréstimos e financiamentos - CEF	11	121.321.654	130.393.711
FCVS	13	125.360	121.580
Receitas (custos) diferidos	14	501.705	481.914
Outros débitos	12	4.194.033	3.235.697
Patrimônio Líquido	-	4.045.775	855.531
Capital Social	16	12.532.000	12.532.000
Ações em tesouraria	16 -	2.517 -	2.517
Reserva legal	16	804.894	804.894
Prejuízos acumulados	16 -	17.380.152 -	12.478.846
Total Passivo		162.803.115	161.934.937

Demonstração do Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Receitas operacionais	5.331.446	4.860.782
Variações monetárias ativas	20.138	30.395
Aplicações em títulos de e depósitos	46.288	148.864
Financeiras	3.684.519	3.739.636
Comercialização	574.698	165.490
Receitas na gestão de créditos	459.040	775.698
Outras receitas	546.763	700
Despesas Operacionais	- 7.355.328	- 7.088.456
Variações monetárias passivas	- 3.127	- 0
Financeiras	- 7.158.039	- 6.857.410
Despesas na gestão de créditos	- 103.210	- 175.530
Tributárias	- 90.952	- 55.318
Comercialização	- -	197
Gerais e Administrativas	- 2.877.423	- 3.555.955
Pessoal	- 1.277.526	- 1.632.385
Encargos sociais	- 775.493	- 1.165.282
Serviços de terceiros	- 794.202	- 703.379
Encargos diversos	- 8.108	- 15.523
Materiais	- 17.790	- 34.453
	- 4.304	- 4.933
Despesas diversas		
Total das despesas	- 10.232.751	- 10.644.411
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	- 4.901.305	- 5.783.629
Prejuízo Líquido do Exercício	- 4.901.305	- 5.783.629
Prejuízo por ação o Capital Social Final	- 0,391	- 0,462

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2018	12.532.000	(2.517)	804.894	(6.695.218)	6.639.159
Prejuízo do exercício				(5.783.629)	(5.783.629)
Saldos em 31/12/2019	12.532.000	(2.517)	804.894	(12.478.847)	855.530
Prejuízo do exercício				(4.901.305)	(4.901.305)
Saldos em 31/12/2020	12.532.000	(2.517)	804.894	(17.380.152)	(4.045.775)

	31/12/2020	31/12/2019
Atividade operacionais: Ajustes de resultado	- 4.912.512	- 5.806.001
Lucro / Prejuízo do Exercício	- 4.901.305	- 5.783.629
Depreciações	- 11.207	- 22.372
Redução / aumento em ativos		
Prestações a receber	- 131.846	55.898
Devedores por vendas compromissadas	1.175.989	1.252.907
Imóveis a comercializar	35.489	432.891
FCVS a receber	- 3.029.891	- 2.981.653
Outros Créditos	178.973	- 481.636
Redução / aumento em passivos		
Fornecedores	282	11.196
Provisões trabalhistas e encargos sociais	11.579	- 228.757
Impostos e Contribuições a recolher	5.532	- 58.282
FCVS provisões	3.780	4.722
Receitas (custos)diferidos	19.791	12.200
Outros débitos	1.380.439	2.204.227
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	- 5.262.395	- 5.582.288
Atividades de financiamento		
Empréstimos CEF	4.348.080	3.795.367
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	4.348.080	3.795.367
Aumento / Redução em caixa e equivalentes de caixa	- 914.315	- 1.786.921
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	2.867.897	4.654.818
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	1.953.582	2.867.897
Aumento / Redução em caixa e equivalentes de caixa	- 914.315	- 1.786.921

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 e 31/12/2019

(1) Atividades Operacionais: A Cia. de Habitação Popular Bandeirante - COHAB/BD é uma Sociedade de Economia Mista, tendo como finalidade principal promover o planejamento, a produção, o financiamento e a comercialização de unidades habitacionais populares, de conformidade com as normas da Caixa Econômica Federal que coordena o Sistema Financeiro de Habitação.

(2) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Contábil Brasileira e Internacionais e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com observância das recomendações e determinações da Caixa Econômica Federal.

(3) Sumário das Principais Práticas Contábeis: Para a apresentação das demonstrações contábeis foram adotadas as seguintes principais práticas: a) As operações de receitas, custos e despesas estão registradas pelo regime de competência; b) Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis em prazos de até 360 dias, estão apresentados como "circulante"; os demais ativos e passivos não realizáveis ou exigíveis em até 360, estão classificados como "não circulante"; c) Todos os ativos e passivos da Empresa estão refletidos nas demonstrações contábeis do exercício; d) As aplicações financeiras estão registradas pelo custo do investimento acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; e) Os ativos e passivos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, foram atualizados com base na variação da UPRD (Unidade Padrão Referencial Diária) e seu efeito reconhecido no resultado do exercício. Os demais ativos e passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou mensuráveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias; f) O imobilizado está contabilizado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 com base no valor da UFIR dessa data, quando aplicável, deduzidos os encargos das depreciações e amortizações até a data do balanço,

calculadas pelo método linear de acordo com as taxas compatíveis à estimativa de utilização econômica dos bens.

(4) Aplicações Financeiras. Assim representadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Bradesco	1.948.476	2.619.018

Valores aplicados em fundos de investimento, cujos rendimentos encontram-se reconhecidos contabilmente "pró-rata-die" até a data do balanço, na forma dos respectivos extratos de movimentações bancárias.

(5) Prestações a Receber. Assim representadas:

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Do exercício				
Diversos.....	1.006.281	8,01	595.048	4,79
Exercícios anteriores				
Diversos.....	11.560.372	91,99	11.839.759	95,21
Totais	12.566.653	100	12.434.807	100

Nos saldos de prestações a receber estão inclusos os valores a receber dos mutuários de Araraquara, objeto da ação coletiva a seguir mencionada. **(5.1) Ação Judicial Coletiva - Processo nº 0020325-80.2003.8.26.0037 (nº de ordem 2495/03) - 4ª Vara Cível de Araraquara: Ação ajuizada pela AMAR - Associação de Mutuários de Araraquara** ao final de 2003, cuja liminar possibilitou que os promitentes compradores efetuassem, a partir de 01/2004, depósitos em conta da Cohab-BD por valores previamente definidos. A ação foi julgada procedente em primeira instância, tendo sido posteriormente reformada parcialmente junto ao TJ/SP. O feito foi objeto de embargo de declaração não acolhido pelo TJ/SP e posteriormente a Cohab-BD recorreu ao STJ por recurso especial em 20/05/2013. No STJ o recurso não foi conhecido por decisão monocrática da ministra relatora e tal decisão foi objeto de recurso para a turma julgadora em maio de 2017. Mantida a decisão acerca do não conhecimento do recurso foi interposto recurso interno o qual também foi negado provimento. A ação transitou em julgado em 26 de novembro de 2020. Desta forma, os contratos de Araraquara, objeto da referida ação, poderão não ser habilitados ao FCVS, tendo em vista as prováveis inadimplências dos promitentes compradores e deverão ser redefinidos após a conclusão do litígio. Quanto à eventual cobertura residual dos saldos de financiamento pelo FCVS, bem como, o reconhecimento dos valores estipulados para as prestações mensais e consequentes efeitos financeiros, somente serão conhecidos e discutidos com a CEF - FCVS/FGTS após o trânsito em julgado da referida ação. Não foram constituídas quaisquer provisões para perdas para a mencionada ação, tendo em vista a expectativa de solução favorável por parte dos consultores jurídicos de Companhia.

(6) Devedores por Vendas Compromissadas. Assim representados:

	31/12/2020	31/12/2019
Curto Prazo (circulante).....	1.836.606	1.189.589
Longo Prazo (não circulante)	8.224.964	10.047.970
Totais	10.061.570	11.237.559

Os Devedores por Vendas Compromissadas representam os saldos a receber dos mutuários, vinculados aos contratos de vendas das unidades habitacionais através do sistema financeiro da habitação, cuja amortização é feita em prazos até 25 anos, resgatáveis em prestações mensais, reajustáveis com base na

variação da UPRD (Unidade Padrão Referencial Diária) e garantidos por hipoteca dos imóveis e seguros específicos.

Dentro deste grupo está registrado o empreendimento Jardim Pinheiros de Jaguariúna que representam o montante de R\$ 1.076.823, cerca de 11%, que foram registrados dentro deste grupo uma vez que a Companhia é a responsável por todo o gerenciamento da carteira, desde a cobrança até o repasse a Prefeitura de Jaguariúna.

(7) Outros créditos. Assim representados:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Contas a receber.....	4.830.496 *	4.835.761
Demais créditos	1.141.841	1.320.064
	5.972.337	6.155.825
Não Circulante		
Contas a receber.....	514.331	494.541
Demais créditos	275.327	290.603
	789.659	785.144
Totais	6.761.996	6.940.969

(*) Saldo residual referente à venda da área de Pindamonhangaba, objeto de ação judicial para a retomada do imóvel, aguardando a definição para a sua posse definitiva, ocasião que o valor será transferido para a conta de Imóveis a Comercializar.

(8) Imóveis a Comercializar. Assim representados:

	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis disponíveis para comercialização.....	92.337	92.337
Terrenos para comercialização.....	140.090	140.090
Terrenos com escritório a comercializar.....	1.468.054	1.503.543
Totais	1.700.481	1.735.970

(9) FCVS a receber. Assim representados:

	31/12/2020	31/12/2019
De habitações CEF.....	97.190.411	94.161.180
De habitações CEF - À revelia.....	119.766	119.107
De habitações CEF - Resíduo TPZ		
Responsabilidade FCVS.....	32.391.313	32.391.313
	129.701.490	126.671.599

(*) Montante acumulado do saldo devedor residual dos mutuários, cujos contratos possuem cobertura do FCVS, os quais se encontram habilitados ou por habilitar e não foram reconhecidos pela CAIXA FCVS, objeto da ação ordinária - processo Nº 500.2007.43.2018.4.03.6105 na 4ª vara federal em Campinas, ainda em fase de instrução. Em decorrência de expectativa de solução favorável por parte dos consultores jurídicos, não foi apropriado nenhum valor a título de provisão para perdas.

(10) Investimentos/Imobilizado e Intangível. Assim representados:

	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos		
Participações em outras empresas...	41	41
Total	41	41
Imobilizado		
Imóveis.....	1.890.925	1.890.925
Móveis e Utensílios.....	60.496	58.962
Instalações.....	5.000	-
Computadores e Periféricos.....	35.529	22.803
Veículos.....	75.520	75.520
	2.067.470	2.048.210
(-) Depreciação acumulada	- 2.017.239	- 2.009.187
Totais	50.230	39.023
Intangível		
Telefones - Direito de uso.....	7.072	7.072
Total	7.072	7.072

O imobilizado está contabilizado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 com base no valor da UFIR dessa data, quando aplicável, deduzidos os encargos das depreciações até a data do balanço, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas compatíveis à estimativa de utilização econômica dos bens.

(11) Empréstimos CEF. Assim apresentados:

	31/12/2020	31/12/2019
Fase de carência.....	126.633.822	120.471.550
Fase de retorno.....	30.183.196	31.997.387
Totais	156.817.017	152.468.937
Curto Prazo (circulante).....	35.495.363	22.075.226
Longo Prazo (não circulante) ...	121.321.654	130.393.711
Totais	156.817.017	152.468.937

Os empréstimos são resgatáveis em prestações mensais em prazos até 25 anos, a taxa de juros 3,08% a.a., garantidos pelas unidades habitacionais, através de hipotecas e foram atualizados na data do balanço pela variação da UPRD (Unidade Padrão Referencial Diária).

(12) Outros Débitos. Assim representados:

		31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Recebimento Imobiliário a discriminar.....	(1)	4.824.573	4.515.000
Outros débitos.....		126.908	14.379
Total		4.951.482	4.529.379

Não Circulante

Programa do Governo Estado / Município...	(2)	1.200.503	1.383.566
Outros débitos.....		2.993.530	1.852.131
Total		4.194.033	3.235.697
Totais		9.145.515	7.765.076

(1) Valores recebidos dos mutuários, a serem identificados para abatimento nos valores de prestações a receber. O valor inclui os depósitos relativos ao processo de Araraquara (Nota explicativa Nº "05", ainda pendentes de levantamentos. (2) Recurso recebido da Prefeitura Municipal de Jaguaruina pela administração dos créditos resultantes do financiamento das casas do Loteamento Jardim Pinheiros.

(13) FCVS à Revelia. Assim apresentado:

	31/12/2020	31/12/2019
De habitações a C.E.F à revelia.....	125.360	121.580

FCVS à revelia é o nome dado pela COHAB-BD à opção prevista em lei, a qual permite buscar os créditos junto ao FCVS sem o término de prazo dos Contratos, os créditos aqui apontados já foram homologados pela CAIXA.

(14) Receitas (Custos) Diferidos. Assim representados:

	31/12/2020	31/12/2019
Venda/desapropriação de terrenos.....	501.705	481.914

(15) Contrato com a CEF - Término de Prazos:

Sobre o impacto nas contas das Companhias de Habitação em decorrência do término de prazo dos contratos e dos resíduos remanescentes, tornam-se necessários os seguintes esclarecimentos: a) As Companhias de Habitação - COHABs são instituídas pela Lei 4.380/64, operando exclusivamente segundo os normativos deste Sistema; b) Os contratos de empréstimo contribuíram na formação do passivo das Companhias que, em contrapartida, concediam crédito à população de baixa renda, através de contratos de financiamento habitacional, que compõem a parcela majoritária de seus ativos; c) O SFH, desde seu princípio, dadas às características do público que pretendia beneficiar, vislumbrava a possibilidade de desequilíbrio nos contratos, criando diversos mecanismos para manter a solvência dos Agentes Financeiros, dos quais destacamos, o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, instituído pela RC 25 do BNH, de 16 de Junho de 1.967; d) A responsabilidade do FCVS foi ampliada e em consequência, os créditos contra o Fundo passaram a representar o principal ativo das Companhias. As condições de ressarcimento dos resíduos dos saldos devedores pelo FCVS só vieram a ser efetivamente definidas pelo Governo Federal, com a MP 1.520/1.996, convertida na Lei 10.150/2.000, que dispôs sobre novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.

(16) Capital Social. Assim representado:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social.....	12.532.000	12.532.000
Ações em tesouraria.....	- 2.517	- 2.517
Reserva legal.....	804.894	804.894
Resultados acumulados.....	- 17.380.152	- 12.478.846

Totais	-	4.045.775	855.531
--------	---	-----------	---------

O Capital Social, integralmente realizado, é composto por R\$ 12.532.000 ações ordinárias, nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

(17) Destinação do Resultado:

O estatuto social estabelece que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação: Parcela reservada para compensar os possíveis prejuízos acumulados; a) do saldo remanescente, parcela correspondente à provisão para o imposto de renda; b) do saldo remanescente, que constitui o lucro líquido do exercício, parcela de 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social e 6% (seis por cento) no mínimo para dividendos, ficando a elevação desse percentual a critério da Assembléia Geral; c) o saldo remanescente ficará a disposição da Assembléia Geral, que deliberará sobre a sua destinação.

(18) Cobertura de Seguros:

A Companhia mantém seguros contratados em 31 de dezembro de 2020, equivalente a 80% dos valores pagos. As possibilidades de perdas são consideradas remota pela Administração, em casos de eventuais sinistros.

(19) Contingências:

A Companhia, não mantém discussões judiciais ou administrativas relativamente a contingências cíveis, tributárias ou trabalhistas pendentes que possam acarretar efeitos no seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, exceto quanto ao mencionado na Notas Explicativas Nº "05", Nº "07" e Nº "09", bem como ao processo administrativo com trâmite perante a Delegacia da Receita Federal PERD/COMP sob nº 23951.71180.290515.1.3.02-0051 que está com a exigibilidade suspensa.

(20) Continuidade:

Com base nas operações da Empresa e o curso das atividades, no final do exercício de 31/12/2020 a Companhia finalizou as operações com o passivo a descoberto, ou seja, o prejuízo resultante de 2020 adicionado aos prejuízos de anos anteriores, impactou no patrimônio líquido, deixando-o negativo.

(21) Eventos subsequentes:

A administração da Companhia é desconhecedora de fatos que possam alterar sua posição patrimonial demonstrada em 31 de dezembro de 2020, exceto quanto aos eventuais efeitos originários da Ação Judicial Coletiva (Nota Explicativa nº 05) e da Ação Ordinária na 4ª Vara Federal de Campinas (Nota Explicativa nº 09), bem como aos mencionados nas Notas Explicativas nº 06 e nº 15.

Campinas, 19 de março de 2021.

JOSÉ FERNANDO LOBATO
DIRETOR-PRESIDENTE

RICARDO GONÇALVES DE SOUZA
CONTADOR/ CRC 229671/O-2